

# Os *Brasileiros* de Torna-Viagem



Isabel dos Guimarães Sá\*

## Misericórdias, Portugueses no Brasil e *Brasileiros*

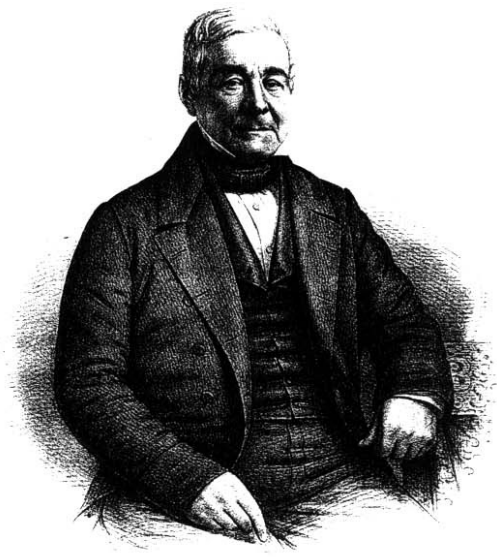
*Vós sabeis, sem necessitar que eu vo-lo diga, se é a mesma caridade que regula os nossos passos, o mesmo louvor de Deus que dirige as nossas práticas, e a mesma santidade a que se insinua, e manifesta nas nossas conversações. Julgai agora vós mesmo, se havendo tão grande contrariedade entre as nossas obras, e palavras, e as da Santíssima Virgem, poderemos justamente esperar dela as bençãos, e intercessão devidas aos seus devotos, e alcançar as gloriosas recompensas reservadas aos seus imitadores na eternidade feliz, que eu a todos vos desejo.*

TRINDADE. Bento da. O.S.A. *Hamília, ou exposição parafraseada do Cântico Magnificat, pregada na Igreja da Misericórdia da Bahia*. Lisboa. Offic. Patr. de Francisco Luiz Ameno. 1785.

### Introdução

Sabemos ainda pouco sobre os comportamentos, as práticas e as expectativas dos emigrantes – tanto no Brasil como de regresso a Portugal – em relação às Misericórdias. Se por um lado, os estudiosos da emigração têm já ideias seguras acerca da forma como se processava a emigração para a colónia e a eventual reinstalação dos *brasileiros* na metrópole, faltam ainda estudos monográficos sobre a relação destes com as Misericórdias, pese embora o facto de ser provavelmente mais produtivo analisar o comportamento dos indivíduos face a pertenças múltiplas que geravam expectativas diversificadas e cumulativas. A participação de um indivíduo numa só irmandade, como a da Misericórdia, mau grado a proeminência de que esta geralmente gozava a nível local, não basta para compreender as suas estratégias de integração social, uma vez que o português, tanto no Brasil como na metrópole, se esforçava por pertencer a um número variado de associações religiosas (em que se incluem as Ordens Terceiras, que não são confrarias *strictu sensu*), em consentâneo com a sua fortuna e posição

<Retrato do Barão de Nova Sintra  
Porto, Santa Casa da Misericórdia  
do Porto. [Cat. n.º 252]  
(Foto: Nuno Fevereiro)



Lith. de Mazarin

CONDE DE FERREIRA.

Retrato do Conde de Ferreira  
Lisboa. Biblioteca Nacional

social. Trata-se portanto de um universo de pertenças múltiplas, que representavam um investimento múltiplo e diversificado por parte dos indivíduos no sentido de assegurar a sua inserção social e o seu futuro póstumo. Os testamentos são testemunhas deste carácter múltiplo, em que o indivíduo procurava abranger o máximo de pessoas e instituições nos legados que deixava. Tentarei considerar aqui, na medida em que o estado actual das pesquisas mo permite, a participação desses emigrantes em associações de tipo religioso e devocional. No entanto, as Misericórdias ocuparão o centro das atenções, pelo lugar cimeiro que ocupavam na hierarquia das associações religiosas. Como se disse, é ainda mal conhecido o impacto dos *brasileiros* regressados a Portugal nas Misericórdias e confrarias. Os «grandes benfeitores» tendem a ser melhor conhecidos, uma vez que deixaram bens suficientemente avultados para que a sua memória sobressaísse no conjunto global de doadores. Estes «grandes benfeitores» são de certo modo a excepção e representam indivíduos em situações relativamente raras, ao disporem de uma grande fortuna que podiam legar livremente, uma vez que não possuíam filhos ou outros herdeiros forçados à data da feitura do testamento. Dessa forma, os pequenos e médios doadores, que dispunham apenas de uma parte do seu património, não necessariamente avultado, a favor das instituições de assistência, tendem a ficar na sombra, à espera de estudos monográficos que permitam discernir a sua importância tanto no que respeita aos seus percursos de vida como quanto ao seu impacto nas instituições de assistência.

Torna-se igualmente difícil separar o comportamento dos *brasileiros* nas confrarias da metrópole do das irmandades do Brasil. As expectativas que as confrarias despertavam nos que participavam nelas eram sensivelmente as mesmas em ambos os lados do Atlântico: satisfazer as necessidades espirituais através de práticas de devoção e rituais adequados, praticar a caridade nos moldes socialmente aceites, assegurar o funeral, velar pelo futuro post-mortem de si e dos seus, e também definir o seu estatuto social, se possível – o que para um emigrante representa uma necessidade acrescida –, ascendendo na bolsa de cotações respectiva. Resta também notar que tanto até ao século XVIII como mesmo depois, o indivíduo projectava estas estratégias muito para além da sua morte física. Se até ao século XVIII o fazia sobretudo para assegurar o futuro da sua alma, a partir do século XIX valores como a preservação (ou construção) da memória do indivíduo, agora laicizados, como teremos ocasião de observar, continuarão a fazer da caridade (agora denominada beneficência ou filantropia) uma das formas de aquisição de prestígio mais eficazes<sup>1</sup>.

Não interessa aqui fazer o balanço do peso de cada uma destas motivações nas expectativas de cada um. Tentarei apenas discernir em que medida divergem consoante se reportam ao ambiente colonial ou metropolitano.

### Os portugueses no Brasil: emigração e retorno

Antes de prosseguir, apoiando-me na excelente síntese de Robert Rowland<sup>2</sup>, torna-se necessário caracterizar a emigração portuguesa para o Brasil entre os séculos XVII e XIX. Não restam dúvidas de que, até os habitantes do interior beirão e transmontano começarem a emigrar em massa entre as últimas duas décadas do século XIX e as vésperas da Guerra de 1914-18, a emigração para o Brasil procedia da região minhota na sua esmagadora maioria, logo seguida pelas ilhas açoreanas. Um regime demográfico de baixa pressão, – caracterizado por uma mortalidade moderada, uma fecundidade matrimonial elevada, casamento tardio e altos níveis de celibato definitivo feminino que restringiam o acesso ao matrimónio e baixavam a fecundidade geral – basta para explicar porque é que a insuficiência de recursos económicos forçava tanta gente a partir, mas não chega para compreender como é que se emigrava no interior de cada grupo familiar. Para tal, é preciso recorrer à análise das formas de transmissão de propriedade, que no Minho se baseavam na proeminência da casa de lavoura, unidade de exploração familiar, sobre os membros do agregado. A possibilidade de privilegiar um herdeiro em detrimento dos outros fazia do Brasil um escape fácil para os excluídos da sucessão do sexo masculino, juntamente com outros dispositivos como a emigração sazonal

para o Alentejo, a carreira eclesiástica ou o pequeno comércio. Dessa forma a emigração para o Brasil tornou-se num assunto que dizia respeito sobretudo a tios e sobrinhos (muitas vezes os filhos excluídos do irmão herdeiro da *casa*), numa cadeia que privilegiava claramente as competências de literacia, elementares no caso do pequeno comércio, e mais sofisticadas no caso dos eclesiásticos. Segundo Jorge Alves e Robert Rowland, para justificar a injustiça inerente a este sistema sucessório, tornava-se necessário alimentar o mito do *brasileiro*, emigrante que regressava rico e suficientemente novo para se reinstalar na sua terra natal, constituindo família, construindo uma casa (muitas vezes vistosa), e dedicando-se à prática da caridade como forma de promoção social<sup>1</sup>. Mito que, conforme é sabido, se aplica a muito poucos casos efectivos, o que não lhe retirou a força legitimadora que o produzia. Ainda que os casos de sucesso fossem poucos comparados com as histórias de êxito modesto ou claro fracasso, alguns brasileiros retornados deram força ao mito, ao adquirirem uma visibilidade local (e por vezes nacional) que fazia esquecer os derrotados da emigração.

#### A implantação das Misericórdias no Brasil

A fundação das Misericórdias no Brasil fez-se ao ritmo dos ciclos da colonização, à medida que novos territórios adquiriam protagonismo económico: desenvolve-se primeiro o Nordeste com as suas plantações de cana em territórios de fácil acesso ao oceano Atlântico e as suas fazendas de gado no interior; seguidamente o ouro das Minas Gerais desenvolve algumas zonas auríferas entre finais do século XVII e primeiras décadas do século XVIII, mas acaba rapidamente. Entretanto, as cidades do Rio de Janeiro e S. Paulo, cujo primeiro surto de desenvolvimento se deveu à corrida do ouro, período no qual desenvolveram os circuitos comerciais, iniciam o ciclo do café, que modificará radicalmente a economia brasileira ao longo do século XIX. Os ritmos de fundação das Misericórdias seguem regra geral estas fases da economia colonial (e depois do Brasil independente). As primeiras Misericórdias foram criadas a partir dos anos quarenta do século XVI no litoral (Olinda, Salvador da Bahia, Ilhéus, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santos), seguidas posteriormente por algumas vilas do interior, como S. Paulo. Por razões ainda não totalmente claras, em Minas a sua criação foi tardia em relação ao surto aurífero, tendo sido suplantadas em importância por outras confrarias<sup>2</sup>. A criação de Misericórdias fazia-se quando uma comunidade de colonos reproduzia as estruturas institucionais leigas básicas da metrópole: representação do poder régio (governador, magistrados, etc), companhias militares e câmara municipal. Parece existir uma correlação entre fundação de Misericórdias e presença de



Mapa da cidade da Bahia  
Lisboa, Biblioteca Nacional

ordens religiosas nos diferentes territórios, sobretudo as ordens mendicantes e os Jesuítas, estes últimos sempre prontos a adaptar-se às estruturas políticas locais. Os Jesuítas tinham instruções para não hostilizarem os funcionários e instituições do poder central, pelo que a sua relação com as Misericórdias, enquanto confrarias sob a protecção régia, se pautou, pelo menos de início, por uma colaboração intersticial guardando estritamente os vínculos de submissão à autoridade destas últimas. Isto é, os Jesuítas procuravam preencher lacunas nos serviços hospitalares, exercendo trabalho voluntário ao nível auxiliar (limpeza de enfermarias, ajuda em momentos críticos de afluxo de doentes e feridos, cura das almas dos doentes). Com efeito, a figura do Padre Anchieta tem sido muitas vezes associada, a meu ver com insuficiente fundamentação documental, à criação da Misericórdia do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, embora a sua actividade pareça ter-se limitado à prestação de serviços num hospital administrado pela Misericórdia, numa acção que tem alguns pontos de semelhança com a de Francisco Xavier relativamente ao hospital Real de Goa, então gerido pela Misericórdia, no qual Xavier habitou e prestou serviços. Os Jesuítas chegaram a fundar hospitais próprios, sobretudo no Oriente, até que a partir de 1558 directrizes emanadas pela sede da companhia em Roma circunscreveram novamente a acção dos Jesuítas aos serviços auxiliares (de enfermagem e não de medicina) e à cura espiritual<sup>4</sup>. Em todo o caso, mau grado o papel secundário que tanto Jesuítas como membros de outras ordens religiosas estavam votados a desempenhar nas Misericórdias, o seu papel enquanto «pastores das almas» dos colonos portugueses pode ter efectivamente ajudado a interiorizar os valores religiosos que enformavam as práticas de caridade. Numa historiografia de carácter essencialmente celebratório falou-se também da Misericórdia de Santos como a primeira do Brasil, sem que o alvará de fundação tenha sobrevivido até aos nossos dias, ou quaisquer outros documentos que indicem actividade da confraria para



Hospital de São João da Vila da Lousã  
Lisboa, Biblioteca Nacional

épocas tão remotas<sup>7</sup>. Por outro lado, parece também fundamental para a presença de Misericórdias num dado território a formação de oligarquias relativamente estáveis (cuja perpetuação conta inclusivamente com o apoio dos recursos das Misericórdias). O caso baiano, com a importância do crédito fornecido aos irmãos em circunstâncias vantajosas, que iam até à manifesta insolvência dos devedores, é sobejamente conhecido. O ciclo da colheita de cana sacarina e da produção do açúcar obrigava o senhor de engenho a contrair empréstimos a que ele, enquanto membro proeminente da Misericórdia, tinha acesso privilegiado<sup>8</sup>.

Para a formação e importância local das Misericórdias parece contribuir também um outro factor ainda deficientemente estudado: o peso na população dos sectores sub-privilegiados ou excluídos. A importância numérica dos emigrantes portugueses que resvalaram para situações de doença e pobreza é notória quando se analisam os registos hospitalares, que só há pouco tempo, graças às vantagens da informatização, começaram a ser trabalhadas estatisticamente. Uma análise das séries documentais relativas a entradas e saídas de doentes no Hospital de S. Cristóvão da Baía revelou a presença esmagadora entre os internados do

português solteiro, nascido maioritariamente no Minho ou nas ilhas açoreanas, numa época em que ser internado num hospital significava ser pobre". Por outro lado, existe uma relação entre Misericórdias e presença de escravos: o seu valor de mercado tornava premente que fossem assistidos na doença ou que os serviços fúnebres lhes fossem assegurados em caso de morte. Numa cultura paternal, em que a coesão social se procurava alicerçar no carácter benévolo de quem fazia parte das élites, era fundamental que uma instituição como a Misericórdia (sempre controlada por estas últimas) representasse as contrapartidas a oferecer aos sub-privilegiados e excluídos em troca da supremacia política e económica.

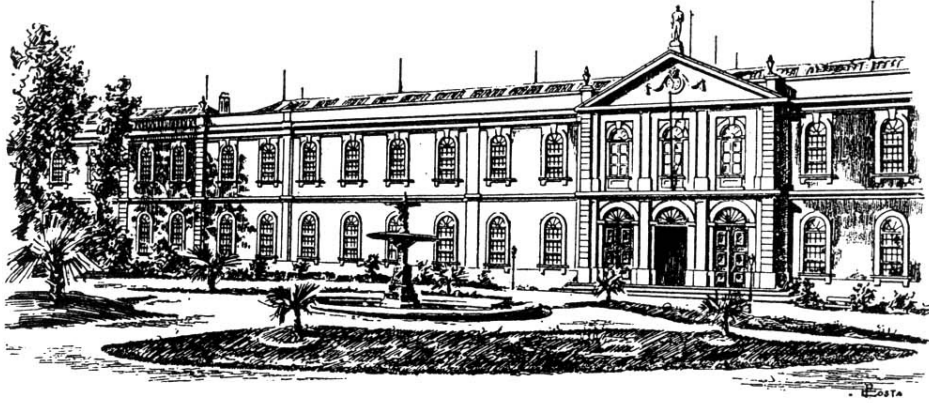
### Os portugueses nas Misericórdias do Brasil

O quadro geral da emigração portuguesa para o Brasil, que resumi esquematicamente no início deste texto, sem referir as mudanças verificadas nos movimentos migratórios e de retorno ao longo do período analisado, ajuda a explicar a ânsia de integração dos emigrantes nas associações religiosas da colónia, bem como as estratégias de promoção social através da caridade e filantropia praticadas pelos emigrantes regressados à metrópole. Pelo que se conhece para as misericórdias do Brasil e outras irmandades, o resultado cifrou-se num claro reforço da importância que os seus membros atribuíam à visibilidade do seu prestígio. É preciso notar que, nas Misericórdias coloniais, eram admitidos como irmãos de primeira condição homens cuja pertença na mesma categoria nas suas homólogas metropolitanas seria impensável. Em primeiro lugar, e particularmente no Nordeste brasileiro, importa referir a questão da mestiçagem: é de supor que os critérios fluidos – sobretudo os provenientes da observação ocular – através dos quais um homem é considerado mulato, seriam mais rigorosos na metrópole do que em regiões onde a miscigenação era muitíssimo mais frequente. Esta observação impõe-se uma vez que estamos perante uma sociedade mestiça: é difícil acreditar que a exigência de limpeza de sangue fosse efectivamente cumprida na Misericórdia da Bahia, a não ser naqueles casos em que, por qualquer razão, interessava utilizar esse critério na selecção de membros. Em segundo lugar, enquanto para se ser irmão de primeira condição na metrópole era necessário ser-se nobre, no Brasil colonial nem todos tinham esse estatuto, se considerarmos que



Peditório efectuado pelos irmãos da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (primeira metade século XIX). Lisboa, Biblioteca Nacional





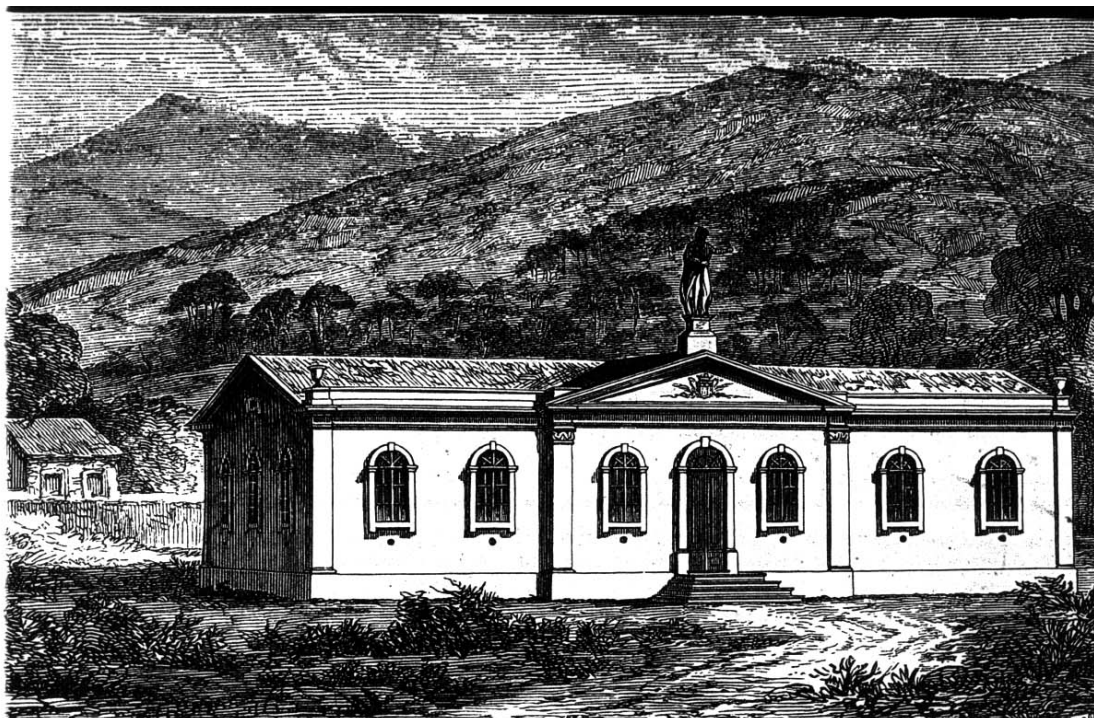
Hospital dos Alienados do Conde de Ferreira  
Lisboa, Biblioteca Nacional

muitos plantadores de cana e criadores de gado baianos provinham de extractos sociais não nobres. Se muitas dinastias de senhores de engenho provinham originalmente de famílias da baixa nobreza a quem o rei tinha concedido terras nos inícios da colonização, alguns deles, e quase todos os criadores de gado, não tinham esse estatuto, nem reuniam as condições para o obter (desempenho de funções nobilitantes, graus académicos, etc.). A ausência de condição nobre não os impediu de chegar rapidamente aos mais altos cargos da confraria, mesmo que fossem emigrantes de primeira geração, como é o caso de João de Mattos de Aguiar, originário de Ponte de Lima e senhor de uma vasta fortuna em terras de cana e com somas avultadas investidas no mercado de capitais, provedor em 1684, e a quem adiante voltaremos, ou de qualquer um dos fazendeiros de gado elencados por Russell-Wood como tendo sido provedores e escrivães<sup>10</sup>. Se conseguiam dominar sem problemas a Misericórdia local, o acesso à Misericórdia da sua sede concelhia de origem ser-lhes-ia muito provavelmente vedado. Nesta imperavam oligarquias firmemente estabelecidas de nobres locais, que perpetuavam a sua influência por gerações sucessivas, e que considerariam descabida a admissão de emigrantes retornados. Uma vez mais não conhecemos a evolução deste processo para o século XIX, mas nos séculos anteriores tudo o que os emigrantes faziam era legar generosas doações testamentárias às Misericórdias minhotas a partir do Brasil. Em terceiro lugar, as actividades a que muitos emigrantes se entregavam não eram compatíveis com uma pertença à Misericórdia dentro das expectativas criadas. De facto, a Misericórdia do Porto só admitiu negociantes de grosso cabedal entre irmãos de primeira condição em 1767, o que contrasta com a ascensão dos comerciantes de origem portuguesa na Misericórdia baiana<sup>11</sup>. Fazendeiros e plantadores de cana de origem modesta, empresários de construção civil e pequenos comerciantes, dificilmente poderiam aspirar a entrar para uma Misericórdia metropolitana num estatuto compatível com a imagem que tinham de si próprios e da sua posição social. Por outro lado, a constituição de oligarquias locais tenderia a excluir das próprias Misericórdias coloniais os recém-chegados à fortuna, como é o caso

dos comerciantes baianos de origem portuguesa na Bahia, cujo processo de ascensão no interior da confraria se centra na terceira e quarta década do século XVIII. Antes de se tornarem provedores, esses caixeiros foram tesoureiros da irmandade (o terceiro lugar em importância a seguir a provedor e escrivão), um cargo melindroso, uma vez que a sua principal função era a escrituração financeira da confraria, sempre sujeita a manipulações fraudulentas<sup>12</sup>. De entre as Misericórdias do Brasil, aquela que conhecemos melhor é sem dúvida a da Bahia, uma vez que nenhuma outra foi objecto de estudo monográfico detalhado. Capital da colónia até 1763, a cidade contou com a Misericórdia como um dos *pilares* (para citar Charles Boxer) da administração colonial portuguesa. Foi na sua igreja que o Padre António Vieira proferiu um sermão no dia da Visitação de Nossa Senhora (2 de Julho), em que dava as boas vindas ao recém-chegado Marquês de Montalvão, novo governador da colónia, no qual aproveitou para denunciar a cupidéz dos funcionários régios colocados no Brasil («Perde-se o Brasil, Senhor, digamo-lo em uma palavra, porque alguns ministros de Sua Magestade não vem cá buscar nosso bem, vem cá buscar nossos bens»), e para elogiar a promessa de construir novo hospital que este fez à Misericórdia logo que chegou<sup>13</sup>.

No entanto, apesar do papel proeminente que desempenhava junto das instituições administrativas da então capital da colónia, a Misericórdia esteve longe de reinar sem rivais. As suas questões com as Ordens Terceiras locais demonstram-no bem. O facto é que os colonos da Bahia preferiam ser enterrados por estas últimas, o que gerava inúmeros conflitos a propósito do uso obrigatório das tumbas da Misericórdia, concedido por privilégio de 1593<sup>14</sup>. Não conhecemos a razão da preferência dos baianos, mas pode estar ligada a instalações fúnebres mais sumptuosas (os «carneiros» das catacumbas das Ordens Terceiras não existiam na Misericórdia baiana), a par de uma estrutura hierárquica interna menos estratificada no caso das Ordens Terceiras, que não estabeleciam distinções de categorias entre os seus membros. É provável – hipótese ainda a verificar – que também no Brasil fosse mais fácil tentar a ascensão social ingressando numa ou mais ordens terceiras, conforme se verificava na metrópole<sup>15</sup>. O facto é que a inserção de emigrantes enquanto irmãos de segunda condição na Misericórdia da Bahia parece ter sido problemática, a avaliar pela violência com que alguns deles reagiram ao inteirar-se deste estatuto. Por outro lado, também o trabalho braçal, associado a tarefas que as práticas da caridade exigiam, tais como carregar tochas em procissões, tumbas, fazer peditórios de bacia na mão, era particularmente repellido no Brasil, onde a presença de escravos tornava ainda mais fortes os tradicionais preconceitos contra esforços físicos, sobretudo quando efectuados em público.

A Misericórdia da Bahia no século XVIII caracteriza-se por práticas rituais de caridade em que a componente cénica prevalecia sobre os valores de auto-sacrifício tradicionalmente



Colégio do Barão de Nova Sintra  
Lisboa, Biblioteca Nacional

associados à caridade, que previam sobretudo o trabalho voluntário, e a humildade e abnegação de quem o prestava. Esta contradição entre a doutrina religiosa e as atitudes dos confrades estava, de resto, presente em maior ou menor grau na generalidade das Misericórdias, metropolitanas e coloniais, mas em Salvador parece ter sido mais intensa, a avaliar pela conflitualidade constante que nela se verifica. Os conflitos sucedem-se, abrangendo um espectro alargado de indivíduos e situações, que iam desde questões interpessoais a nítidas querelas entre facções, e em que os indivíduos se envolviam quer a título individual quer enquadrados nas instituições de que faziam parte. Por exemplo, na Bahia, a Mesa não conseguia fazer com que os irmãos fossem buscar os feridos e doentes a um navio recém-chegado ao porto da cidade<sup>19</sup>. Os conflitos internos tinham tendência a ganhar expressão pública através da destruição da ordem simbólica: ou perturbando um cortejo religioso como uma procissão ou funeral, ou rasgando o balandrau na confraria, no claustro da mesma e na presença de confrades. Ou ainda abandonando em bloco a igreja durante a celebração de uma missa, como aconteceu com os membros da câmara da cidade durante o dia da confraria, o 2 de Julho, quando se viram afrontados por serem incensados em segundo lugar. Embora a Misericórdia baiana continuasse a prestar serviços de caridade à comunidade, é um facto que a imagem que projectava de si própria tornava evidente aos olhos de todos os conflitos de interesses no seu interior, que não podiam senão operar uma sangria dos seus recursos em benefício de conveniências particulares. No entanto, e os seus membros sabiam-no bem, o espectáculo da caridade devia continuar, mesmo que a maior parte do dinheiro da confraria fosse emprestada a indivíduos que nem sequer asseguravam o pagamento regular dos juros.

## Emigrantes no Brasil e emigrantes retornados nas Misericórdias da metrópole

É necessário esperar pelo século XIX, especialmente na sua segunda metade, para ver os emigrantes portugueses no Brasil adquirirem prestígio como doadores de recursos às Misericórdias metropolitanas. No século XVIII, em que o retorno de emigrantes não parece ter sido tão significativo, abundam apenas as heranças a Misericórdias da metrópole efectuadas a partir do Brasil, privilegiando uma vez mais as do Noroeste do reino. Em todo o caso, uma presença discreta, que não obrigava a grande visibilidade pública dos doadores. A multiplicidade das instituições beneficiadas era já regra: contempladas diversas confrarias no Brasil, entre as quais uma ou mais Misericórdias e procedimento análogo na metrópole. O testamento de Gaspar Fernandes Barreiros, feito a partir da Bahia, ilustra a diversidade de beneficiados que acabamos de referir: além de doar bens a parentes e instituir dotes de casamento, contemplava as Misericórdias da Bahia e de Ponte de Lima, e ainda sete a oito confrarias baianas<sup>17</sup>. O seu funeral, conforme estipulava também no testamento, seria acompanhado pelo Cabido da Sé, pela ordem do Carmo e por todas as confrarias, irmandades e pobres da cidade, a quem se daria a esmola habitual. No entanto, as contrapartidas desejadas pelo doador não iam além de missas e ofícios no dia do funeral e da instituição de missas por alma, diárias no caso das que a Misericórdia de Ponte de Lima celebraria, e semanais no caso das da Misericórdia da Bahia. Preocupações centradas na cura da alma portanto, que se sobrepunham ao protagonismo do doador na comunidade, a não ser nos casos em que o significado da herança o justificasse. Na Bahia, a Misericórdia teve razões de sobra para perpetuar o nome de João de Mattos de Aguiar, o seu maior benfeitor de sempre, morto em 1700, que lhe deixou 217 contos, uma fortuna astronómica para a época. Significativamente, este homem e seu tio, o fazendeiro de cana João de Mattos, ambos limianos, surgem a apadrinhar o testamento do seu conterrâneo Gaspar Fernandes Barreiros, o que remete para a questão, ainda insuficientemente estudada, da influência das redes clientelares na angariação de recursos das confrarias. Mas é difícil, por outro lado, imaginar estes homens de origem humilde como membros na Misericórdia da sua terra natal caso tivessem regressado, uma vez que esta era inteiramente controlada pela velha nobreza terratenente<sup>18</sup>.

Em contraste com a discreta visibilidade dos emigrantes benfeitores dos séculos XVII e XVIII, os beneméritos do século XIX acrescentavam às suas doações um aparato que até então se resumira a instituições de capela e obrigações de missa, com poucas ou nenhuma instituições fundadas de raiz a partir de doações. Não prescindiram por completo das obrigações de missa e dos acompanhamentos totalizantes nos dias dos funerais, mas acrescentaram-lhes novas formas de aquisição de visibilidade social. Esse aparato incluía estabelecimentos de

assistência que tomavam o nome do doador, instituições de missa por alma do testador a que eram obrigados a assistir todos os internados da instituição, visitas «oficiais», e portanto com encenação pública, aquando do regresso do doador à sua terra natal. A título de meros exemplos, poderemos citar, no primeiro caso, o *Hospital de Alienados Conde Ferreira* e o *Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Sintra*, entre tantos outros, que tomaram os nomes dos seus recém nobilitados instituidores. No segundo temos as missas por alma de José Joaquim Leite Guimarães, o referido barão de Nova Sintra, a efectuar na capela do seu asilo nos aniversários do seu falecimento, e no terceiro, o caso de João Elizário de Carvalho Monte Negro, fundador de Nova Lousã no estado de S. Paulo e principal accionador do processo que conduziu à construção de um novo hospital na sua terra natal a partir de 1865. Quando esteve na Lousã, em 1895, já comendador, os seus conterrâneos, proclamando-o principal fundador, organizaram uma visita com pompa e circunstância ao edifício, depois de a Filarmónica Louzanense o ter ido saudar a casa num dos dias anteriores<sup>19</sup>. Outra forma de marcar a presença dos doadores parece ter sido a formalização de um hábito anterior, o de dispor de uma galeria de retratos de benfeitores nas Misericórdias e Ordens Terceiras que perpetuassem a sua memória enquanto beneméritos<sup>20</sup>.

Essas novas formas de visibilidade andavam a par de novas motivações que conduziam a doar recursos a instituições de assistência. Entre as novas recompensas da «filantropia», a nobilitação e aquisição de títulos nobiliárquicos e comendas de ordens militares. José Joaquim Leite Guimarães recebeu o título de Barão de Nova Sintra graças à instituição que criou (o «meu estabelecimento», conforme o designa no testamento). Tratava-se na prática de uma *workhouse* de estilo inglês, dispondo de uma fição de seda em terrenos adjacentes, na qual os internados trabalhavam. Caso singular, por excepcional neste particular, é o de Joaquim Ferreira dos Santos, cuja actividade filantrópica não esteve na origem da sua nobilitação (que deveu à sua entusiástica adesão ao cabralismo), nem foi significativa durante a sua vida.

Mau grado as novas motivações da caridade e as novas formas de visibilidade dos doadores, manteve-se o carácter múltiplo das doações, comum a todos os indivíduos, quer se tratassem de emigrantes ou não. No caso dos *brasileiros*, essa multiplicidade aumentava, uma vez que havia tanto as instituições de assistência da metrópole como as do Brasil a contemplar. Alguns testamentos relativos a *brasileiros* que beneficiaram a Misericórdia do Porto chegam a elencar grande parte das instituições de assistência então existentes na cidade, bem como as de cidades do Brasil Imperial<sup>21</sup>. O caso de Joaquim Ferreira dos Santos, considerado o maior benemérito da Misericórdia do Porto no século XIX, cuja herança esteve na base da fundação do Hospital de Alienados Conde de Ferreira, representa uma história de vida singular, com pontos de contacto e divergência face a muitos indivíduos com percursos semelhantes de emigração e retorno. Nascido

em 1782 numa família de lavradores de Campanhã, então nos arredores da cidade do Porto, emigrou para o Brasil enquanto filho excluído da herança do património agrícola da família, tendo recebido uma preparação escolar que se veio a revelar muito útil na sua carreira de comerciante na colónia, para onde embarcou em 1800. Entre os seus negócios, sempre diversificados, conta-se o tráfico de escravos entre Angola e o Brasil, cujo volume de transações é conhecido para o período entre 1816 e 1828, muito embora a sua actividade no sector seja anterior e posterior a essas datas. Conhece-se um total de cerca de 10 mil escravos importados para o Brasil pela sua casa comercial, cujo valor de venda ascende a quase mil e quinhentos contos, nem todos embolsados por Ferreira, uma vez que algumas dessas vendas foram feitas à consignação ou em sociedade. Os seus problemas com a lei brasileira que proibia o tráfico de escravos emanada em 1830 (posteriormente anulada) fizeram-no regressar a Portugal em 1832, embora tivesse adquirido nacionalidade brasileira. Tratava-se de uma visita temporária, destinada a esperar que o escândalo arrefecesse, mas a verdade é que Joaquim Ferreira dos Santos não voltou ao Brasil. No Porto, integrou a comunidade de negociantes brasileiros aí residente, passando a partir de então a diversificar os seus negócios e a reconverter o seu anterior tráfico em actividades económicas politicamente aceites. O cabralismo consagrou a sua pessoa, tendo-lhe sido sucessivamente concedidos os títulos de barão, visconde e conde entre 1842 e 1850 (depois de ter obviamente recuperado a nacionalidade portuguesa), uma vez que Ferreira integrou o grupo de financeiros que participaram nos grandes empreendimentos económicos da altura. Benemérito apagado em vida, a influência do modelo de beneficência americano parece ter influenciado o seu testamento, que o transformou num «amigo da humanidade» (para usar a terminologia da época) depois da sua morte, ocorrida em 1866. Entre as criações que a sua herança possibilitou, contam-se 120 escolas espalhadas pelo país e o hospital atrás referido, que sobressaem entre uma multitude de legados mais modestos que contemplavam praticamente toda a oferta institucional de assistência existente à data na cidade do Porto<sup>2</sup>. Uma gigantesca lavagem da memória, que atenuaria os efeitos da controvérsia, por nós ainda mal conhecida, que teria rodeado o Conde em vida. O caso de Ferreira poderia ser irrelevante pelas proporções que atinge, se de facto não testemunhasse uma das velhas funções da caridade (entretanto transformada em beneficência), a de negociar um estatuto, quer o interlocutor fosse a Virgem Maria, no caso da salvação da alma, ou a memória póstuma, no caso dos beneméritos do tipo do Conde de Ferreira. No entanto, seria redutor circunscrever os beneméritos brasileiros das Misericórdias a estes dois modelos (o do Barão de Nova Sintra, filantropo em vida e o do Conde Ferreira, «amigo da humanidade» depois da morte). Ambos representam apenas os casos mais notórios entre um conjunto de pessoas que doava generosamente a instituições de caridade à hora da morte. Nem todos *brasileiros*, nem

todos ricos, nem todos sem herdeiros forçados (os que morriam sem ascendentes e descendentes eram sempre os melhores benfeitores, como é óbvio), mas quase todos desejosos de retirar benefícios múltiplos dos seus actos em favor dos outros. O que nos remete, curiosamente, para o epílogo da homilia que começámos por citar no início deste trabalho.

\* Universidade do Minho

### Bibliografia

- ALEXANDRE, Valentim, «Situações Coloniais: I – A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1890)», in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 143-181.
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. autor, 1994.
- IDEM, “Percurso de um brasileiro do Porto – O Conde de Ferreira”, in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. 9, 1992, pp. 199-213.
- ARAÚJO, Ana Cristina, *A morte em Lisboa. Atitudes e representações, 1700-1830*, Lisboa, Notícias, 1997.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Universidade do Minho, 1999 (dissertação de doutoramento policopiada).
- BOSCHI, Caio César, *Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*, São Paulo, Editora Atica, 1986.
- IDEM, “As Misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais Setecentistas”, in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, vol. 11, 1996, pp. 77-89.
- CAMPOS, Ernesto de Sousa, *Santa Casa da Misericórdia de Santos*, S. Paulo, 1943.
- Conde de Ferreira. Biografia deste grande benemérito*, Porto, Livraria Escolar Progredior, [1933].
- COSTA, Paula Cristina, “A Ordem Terceira do Carmo do Porto: uma abordagem preliminar”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 1998, n.º 2, pp. 197-222.
- FERREIRA, Félix, *A Santa Casa da Misericórdia Fluminense*, Rio de Janeiro, [s.e.], 1894-98.
- FREITAS, Divaldo Gaspar, “As Misericórdias do Brasil”, in *Actas do IV Congresso das Misericórdias*, Lisboa, 1959, pp. 219-297.
- LEITE, Serafim, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Rio de Janeiro-Lisboa, 1938-1950.
- LEMOS, Eugénio de Mascarenhas Viana de, *A Santa Casa da Misericórdia da Vila da Lousã: 1566-1966*, [s.l., s.n.], 1966.
- LIMA, Américo Pires de, *A situação da misericórdia da Baía no fim do século XVII*, Coimbra, Coimbra Editora, 1950. Sep. Brasília, vol. 5.

- IDEM. *Atribulações da Misericórdia da Baía no século XVIII*. Coimbra, Coimbra Editora, 1950. Sep. Brasília, vol. 5.
- MARQUES, Maria Gracinda Leões Dantas G., "O testamento de Gaspar Fernandes Barreiros: um exemplo de instituição de dotes de capela a partir do Brasil", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 1998, n.º 2, pp. 169-195.
- MESGRAVIS, Laima. *A Santa Casa da Misericórdia de S. Paulo (1599?-1854). Contribuição ao estudo da assistência social no Brasil*. S. Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- NASCIMENTO, Ana Amélia Vieira, "A pobreza e a honra: recolhidas e dotadas na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. 1700-1867". in *Revista da Academia de Letras da Bahia [Salvador]*, n.º 38, 1992, pp. 123-134.
- Negros cativos e livres na Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: fontes / Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre*. – Porto Alegre, ISCMPA, Centro de Documentação e Pesquisa, 1994.
- OTT, Carlos. *A Santa Casa da Misericórdia da cidade do Salvador*. Rio de Janeiro, Publicação da Diretoria do Património Histórico e Artístico Nacional, n.º 21, 1960.
- PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos. *Testamentos: alguns exemplos, séculos XVI a XX*. Porto, S.C.M., 1997. – (Cadernos dos 500 anos: 1). – Publicação integrada nas comemorações dos 500 anos da Santa Casa da Misericórdia do Porto.
- ROWLAND, Robert. "Velhos e Novos Brasis". in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, pp. 304-373.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R., *Fidalgos and Philanthropists. The Santa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*. London, Macmillan, 1968.
- Sá, Isabel dos Guimarães, "As Misericórdias" in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, vol. 1, pp. 360-368, vol. 2, pp. 350-360, vol. 3, pp. 280-289.
- Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (Porto). Conde de Ferreira – in memoriam e programa. Porto, S. C. M., imp., 1982. – Comemoração do bicentenário do seu nascimento e do centenário do seu hospital (4 Out. 1782 a 24 Março 1883).
- SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Inventário dos retratos de benfeitores*, Porto, [s.n.], 1983.
- SILVA, Vítor de Albuquerque Freire da, *O Hospital Real de Goa (1510-1610). Contribuição para o estudo da sua história e regimentos*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997 (tese de mestrado policopiada).
- SOUZA, Laura de Mello e, *Desclassificados do Ouro. A pobreza mineira no século XVIII*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Graal, 1990.



- VASCONCELLOS, Ivolino de, "Anchieta e a fundação do hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro", in *Actas do IV Congresso das Misericórdias*, Lisboa, 1959, pp. 377-392.
- VENANCIO, Renato Pinto, *Casa da Roda: institution d'assistance infantile au Brésil (XVIII-XIXe siècles)*, 2 vols., Sorbonne-Paris IV, 1993 (tese de doutoramento policopiada).
- VIANNA, Arthur, *A Santa Casa da Misericórdia Paraense*. Notícia Histórica 1650-1902, Pará, Typographia de Alfredo Augusto Silva, 1902.

### Notas

- <sup>1</sup> Sobre disposições testamentárias, devoção e secularização veja-se o estudo incontornável de Ana Cristina Araújo. *A morte em Lisboa. Atitudes e representações. 1700-1830*. Lisboa, 1997, em especial os capítulos VI a IX.
- <sup>2</sup> ROWLAND, Robert, "Velhos e Novos Brasis", in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. 4, Lisboa, 1998, pp. 304-373.
- <sup>3</sup> ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, ed. Autor, 1994, p. 348 e ROWLAND, Robert, "Velhos e Novos Brasis", in op. cit., p. 347.
- <sup>4</sup> BOSCHI, Caio C., "As Misericórdias e a assistência à pobreza nas Minas Gerais Setecentistas", in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, vol. 11, 1996, pp. 77-89.
- <sup>5</sup> VASCONCELLOS, Ivolino de, "Anchieta e a fundação do hospital da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro", in *Actas do IV Congresso das Misericórdias*, Lisboa, 1959, pp. 377-392; LEITE, Serafim, S.J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10 vols., Rio de Janeiro-Lisboa, 1938-1950, vol. 1, p. 262.
- <sup>6</sup> SILVA, Vítor de Albuquerque Freire da, *O Hospital Real de Goa (1510-1610). Contribuição para o estudo da sua história e regimentos*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1997, pp. 43-48.
- <sup>7</sup> CAMPOS, Ernesto de Sousa, *Santa Casa da Misericórdia de Santos*, S. Paulo, 1943.
- <sup>8</sup> RUSSELL-WOOD, A.J.R., *Fidalgos and Philanthropists. The Santa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, London, 1968, p. 106 e 197. Algumas séries de devedores e empréstimos foram publicadas por Américo Pires de Lima em *A situação da misericórdia da Baía no fim do século XVII*, Coimbra, Coimbra Editora, 1950, Sep. Brasília, vol. 5. e *Atribuições da Misericórdia da Baía no século XVIII*, Coimbra, Coimbra Editora, 1950, Sep. Brasília, vol. 5.
- <sup>9</sup> Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800*, Lisboa, 1997, pp. 240-242.

- <sup>10</sup> Cf. RUSSELL-WOOD, A.J.R., *Fidalgos and Philanthropists...*, London, 1968, pp. 118, 63-64 e 150.
- <sup>11</sup> Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto, *Livro 7 das Lembranças*, p. 263.
- <sup>12</sup> Sobre a ascensão dos negociantes na Misericórdia da Bahia, cf. RUSSELL-WOOD, A.J.R., *Fidalgos and Philanthropists...*, London, 1968, pp. 120 e seguintes.
- <sup>13</sup> VIEIRA, António. Sermam que pregou o P. Antonio Vieira.... na Misericordia da Bahia de Todos os Santos em dia da Visitaçam de Nossa Senhora Orago da Casa. Assistindo o Marques de Montalvam Visorrey daquelle estado do Brasil, & foy o primeiro que ouviu naquella provincia, em Coimbra, na impressão de Thome Carvalho impressor da Universidade, 1658, p. 166 e 172.
- <sup>14</sup> Sá, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre*, p. 66.
- <sup>15</sup> COSTA, Paula Cristina. "A Ordem Terceira do Carmo do Porto: uma abordagem preliminar", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 1998, n.º 2, pp. 197-222.
- <sup>16</sup> Sá, Isabel dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre*, p. 235.
- <sup>17</sup> MARQUES, Maria Gracinda Leones Dantas G.. "O testamento de Gaspar Fernandes Barreiros: um exemplo de instituição de dotes de capela a partir do Brasil", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11, 1998, n.º 2, p. 131. A autora refere a dificuldade em identificar e contabilizar as confrarias a partir do texto do testamento.
- <sup>18</sup> Sobre a nobreza local na Misericórdia de Ponte de Lima cf. ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: As Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima (séculos XII-XVIII)*, Universidade do Minho, 1999 (dissertação de doutoramento policopiada), vol. 2, cap. 5.
- <sup>19</sup> LEMOS, Eugénio de Mascarenhas Viana de, *A Santa Casa da Misericórdia da Vila da Louzã: 1566-1966*, s.l., 1966, pp. 36-37 e 59.
- <sup>20</sup> Sobre galerias de retratos cf. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO, *Inventário dos retratos de benfeitores*, Porto, [s.n.], 1983.
- <sup>21</sup> Os testamentos de Joaquim Ferreira dos Santos e de José Joaquim Leite Guimarães, bem com de outros cinco brasileiros, encontram-se publicados em PEIXOTO, Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos, *Testamentos: alguns exemplos, séculos XVI a XX*, Porto, S.C.M., 1997.
- <sup>22</sup> Sobre aspectos biográficos do Conde de Ferreira cf. ALVES, Jorge Fernandes, "Percurso de um brasileiro do Porto – O Conde de Ferreira", in *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. 9, 1992, pp. 199-213.